

# HISTORIADOR POLÍTICO OU POLÍTICO HISTORIADOR? INTERAÇÕES ENTRE EXPERIÊNCIAS INTELLECTUAIS E INSTITUCIONAIS DO BARÃO DE GUAJARÁ

*POLITICAL HISTORIAN OR HISTORIAN POLITICAL?  
INTERACTIONS BETWEEN INSTITUTIONAL AND  
INTELLECTUALS EXPERIENCES OF BARON GUAJARÁ*

*¿HISTORIADOR POLÍTICO O POLÍTICO HISTORIADOR?  
INTERACCIONES ENTRE EXPERIENCIAS INTELLECTUALES E  
INSTITUCIONALES DEL BARÓN DE GUAJARÁ*

Magda Ricci<sup>1</sup>

Luciano Demetrius Barbosa Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa as interações entre experiências políticas e intelectuais de Domingos Antônio Raiol (1830-1912). Representante da alta hierarquia Imperial, Raiol exerceu as funções de Deputado e Presidente Provincial, sendo congratulado, em 1883, com o título de Barão do Guajará. Raiol dividiu suas atividades entre o executivo e o legislativo do Império e, ainda produziu obras sobre a história de sua terra natal a antiga província do Grão-Pará. Algumas de suas obras representam um interessante caminho para a compreensão da interação entre política e intelectualidade no contexto do Segundo Reinado. Desta forma, esse artigo investiga as ligações entre a produção histórica do Barão do Guajará e as experiências políticas desse bacharel em Direito, durante a segunda metade do século XIX, conjuntura de sucessivas crises institucionais, da estabilização e do ocaso do Regime Monárquico no Brasil.

**Palavras-chave:** Amazônia, História, Política.

**Abstract:** This paper analyzes the relationship between political experience and intellectual Domingos Antonio Raiol (1830-1912). Representative of the High Imperial hierarchy, Raiol acted as President and parliamentarian Provincial, being welcomed in 1883 with the title of Baron of Guajará. Raiol divided its activities between the executive and legislative branches of the Empire, and also

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e professora do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da UFPA. Orientadora de Luciano D. B. Lima. [magdaricci@ufpa.br](mailto:magdaricci@ufpa.br)

<sup>2</sup> Doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA. [dehistoriador@yahoo.com.br](mailto:dehistoriador@yahoo.com.br)

produced works on the history of his native province of Grão-Pará. Some of his works represent an interesting way to understanding the interaction between politics and intellectuals in the context of the Second Empire. Thus, this paper investigates the links between the historical production of Baron Guajará and political experiences of this Bachelor of Law, during the second half of the nineteenth century, institutional context of successive crises, stabilization and decline of the monarchist regime in Brazil.

**Keywords:** Amazon, History, Political.

**Resumen:** El presente artículo analiza las interacciones entre experiencias políticas e intelectuales de Domingos Antônio Raiol (1830-1912). Representante de la alta jerarquía Imperial, Raiol ejerció las funciones de Diputado y Presidente Provincial, siendo condecorado, en 1883, con el título de Barón del Guajará. Raiol dividió sus actividades entre el ejecutivo y el legislativo del Imperio y aún produjo obras sobre la historia de su tierra natal la antigua provincia del Grão-Pará. Algunas de sus obras representan un interesante camino para la comprensión de la interacción entre política e intelectualidad en el contexto del Segundo Reinado. De esta forma, ese artículo investiga las ligaciones entre la producción histórica del Barón del Guajará y las experiencias políticas de ese licenciado en derecho, durante la segunda mitad del siglo XIX, coyuntura de sucesivas crisis institucionales, de la estabilización y del ocaso del Régimen Monárquico en Brasil.

**Palabras-clave:** Amazonia, Historia, Política.

A junção entre a ação política e a produção intelectual no campo da história aparentemente sugere algo ultrapassado. Quando hoje se pensa em publicar uma análise apurada dos fatos políticos do tempo presente, os campos privilegiados do saber são terrenos como o jornalismo, a sociologia, a ciência política ou a economia. A história é um campo do saber que não trata do presente. Esta máxima, repetida à exaustão, tornou-se quase um mito, que muitos historiadores já combateram. Jacques Le Goff em seu famoso livro *História e memória* afirma que a distinção entre o passado e o presente é o elemento essencial do tempo e que esta operação é “fundamental da consciência e da ciência histórica” (LE GOFF, 2003, p. 203). Dessa forma, para o mesmo autor “toda história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, a seus interesses” (LE GOFF, 2003, p. 51). Assim quebra-se o mito de que o escrever da história é algo anexado a um tempo pretérito. É sobre esta consciência histórica e as relações entre o campo do político com o intelectual que trataremos neste artigo a partir do caso de um político imperial que ocupou papel de destaque no segundo reinado e que também produziu uma significativa obra no campo histórico. Antes, contudo que entrar na vida de nosso personagem central é preciso compreender melhor o seu mundo imperial e as relações entre o político e o literário ou intelectual.

No decorrer da década de 1860 os debates políticos sobre os rumos da nação brasileira no Segundo Reinado passavam por um de seus momentos mais “férteis”. Depois dos conflituosos tempos da regência, ou da “menoridade” do imperador Pedro II, tornava a haver lugar para calorosas discussões envolvendo temas, que nas palavras de Murilo de Carvalho variavam muito indo da Constituição, ao Poder Moderador, levando a discussões sobre sistema representativo e sobre as reformas políticas e sociais. Todos estes assuntos eram tratados em “livros, na imprensa, no Parlamento, em panfletos, em conferências públicas” (CARVALHO, 2007, p. 34). Autores como Jeffrey Needell ressaltam que a produção intelectual durante o segundo reinado “não era apenas o passatempo (...) era também o caminho da ascensão” (NEEDEL, 1993, p. 217), constituindo-se numa característica comum na historiografia brasileira do século XIX, que, em muitas situações, enxergava no estudo do passado lições para ações políticas do presente. Para uma autora como Lília Schwartcz neste contexto predominava “o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial” (SCHWARTCZ, 1993, p. 101). Se desde os anos de 1830 ou 1840 instituições e sociedades secretas ou abertas discutiam avidamente os rumos do Estado brasileiro, nos anos de 1860 os debates tomavam rumos mais “oficializados” e se reuniam ao redor do Imperador e de sua Corte intelectuais-políticos buscando associar o campo prático ao teórico com uma tensão mais institucionalizada e ditada por regras parlamentares e políticas criadas à duras penas pela monarquia. Pedro II deixava de ser apenas um chefe de Estado e passava a ser, efetivamente, o maior mecenas de instituições como a Academia Imperial de Belas Artes, o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (SCHWARTCZ, 1998, pp. 125-157). Neste tempo não eram poucos os jovens, sobretudo em províncias distantes da Corte carioca, que desejavam se aproximar da Corte e de seu mecenas. O caminho mais curto era fazer-se bacharel e ingressar na política provincial elegendo-se deputado. Lília Schwartcz enfatiza que “nos cursos de direito, particularmente, formavam-se não apenas jurista e advogados mas também deputados, senadores e diplomatas, isto é, toda a burocracia de Estado”. (SCHWARTCZ, 1998, p. 119).

Era neste contexto que um deputado paraense recém-formado bacharel em Direito, chamado Domingos Antônio Raiol<sup>3</sup>, envolveu-se em

---

<sup>3</sup> Domingos Antônio Raiol foi um dos mais proeminentes intelectuais políticos do Norte do Brasil no século XIX. Nascido em Vigia, no Grão-Pará (30-03-1830), estudou no Liceu Paraense e formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1854, pela Faculdade de Direito de Olinda. Posteriormente, morou no Rio de Janeiro, trabalhando durante algum tempo no escritório do primo Bernardo de Sousa Franco. Retornou a Belém em 1856, onde exerceu a atividade de advogado e alguns cargos públicos. No início da década de 1860, entrou no meio político, sendo eleito por várias vezes Deputado pela Assembleia Provincial e Deputado pela Assembleia Geral, quando apoiou o projeto de Abertura da Amazônia ao Livre Comércio

projetos que iriam ocupar grande parte de seu tempo, erudição e paciência: a política imperial e a elaboração de uma vasta produção intelectual, que iria torná-lo conhecido em todo o país. Seu Raiol um dos pioneiros que fizeram este percurso na Amazônia e que obtiveram frutos na política e nas artes, sobretudo na história de sua terra natal. Os trabalhos desse estudioso “polígrafo”, que, como “vários outros de sua geração e da que o sucedeu, (...) interessava-se em estudar o que hoje denominamos de ciência política, sociologia, história e economia” (RICCI, 2002, p. 29), expressavam mais do que experiências do passado. Eles traziam vivamente o ar dos debates, ações e discussões político-partidárias, que integravam o momento contemporâneo de um bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Olinda, portador de convicções monarquistas e cujas atividades fariam integrar o quadro de políticos envolvidos na produção intelectual brasileira durante o Segundo Reinado. Assim, em um contexto no qual um número expressivo de membros da elite letrada brasileira também era composto de parlamentares ou ministros imperiais, as interações de narrativas históricas e participação em atividades políticas eram evidentes, deixando marcas nas concepções expressadas por esses autores.

Esse artigo pretende compreender as aproximações entre a produção histórica e as experiências políticas de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), verificando especificamente como as atividades no executivo e legislativo Imperial interagiam com a produção textual desse historiador durante a segunda metade do século XIX, contexto de sucessivas crises institucionais, da ascensão e do ocaso do Regime Monárquico no Brasil.

Deste modo, por acreditar que as concepções políticas de Raiol não estão expressas apenas em seus discursos, relatórios e pareceres, e que os mesmos interagem com cada um dos livros ou artigos que ele produziu ao longo de sua vida, ao expressarem os pontos de vista que professava e o modelo de estado que defendia, essa pesquisa também pretende contribuir para uma linha de estudos já bastante diversificada, que envolve a pessoa e a produção intelectual de Domingos Antônio Raiol, fornecendo subsídios e novas perspectivas para a compreensão das interações entre os pensamentos desse “político-historiador” nos âmbitos das atividades institucionais e de seus escritos.

Vale ressaltar que o presente texto não tem a pretensão de realizar uma averiguação que envolva sistematicamente outros aspectos relacionados à biografia ou às percepções de Domingos Antônio Raiol em relação ao processo de lutas regenciais – caminhos já explorados, direta ou indiretamente,

---

Internacional. Além disso, por indicação imperial, foi presidente das províncias de Alagoas (1882), Ceará (1882) e São Paulo (1883); no mesmo ano foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Guajará. Com a ascensão da República, abandonou o cenário político, falecendo na capital do Pará em 1912.

sob os mais diversos enfoques e objetivos, por autoras como Magda Ricci, Nathacha Regazzini Bianchi Reis e outros pesquisadores, responsáveis por diversificados estudos<sup>4</sup> que abordam aspectos relacionados às experiências sociais, pensamento político e dos escritos do Barão de Guajará.

Não obstante, antes de percorrer esses “caminhos”, é interessante investigar, no tópico a seguir, como alguns historiadores analisaram a interação entre os “papéis” institucionais e políticos com a atividade intelectual, mais especificamente na produção histórica, atividades que em conjunto, marcaram as experiências de muitos estudiosos ao longo do tempo.

### **Atividade política e produção histórica: uma longa interação**

Resta uma zona nebulosa entre a atividade científica e a proposição política que talvez afete mais os historiadores que os demais, por que foram usados desde os tempos imemoriais para legitimar as pretensões (por exemplo, dinásticas ou territoriais). (HOBSBAWM, 1998, p. 145)

Embora tenha passado por diversas transformações e se instituído como área acadêmica no século XIX, existe quase um consenso sobre a importância da história política como a “modalidade mais significativa da historiografia” (MENDONÇA e FONTES, 2012, p. 55) naquela conjuntura. Assim, ao lado do processo de consolidação do poder e da visibilidade do aparelho de Estado, havia o “papel” do historiador, muitas vezes constituído em um burocrata ou político diretamente ligado ao poder dominante e valorizador da documentação oficial, como fonte e a história da nação como tema principal da realização de suas pesquisas.

<sup>4</sup> Para um entendimento mais específico da vida e obra de Domingos Antônio Raiol ver: REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. *Motins Políticos*, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional. Niterói: Dissertação de mestrado. UFE, 2003. REIS, N. R. B.. *Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antonio Raiol*. In: XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito - ANPUH/RJ, 2004, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, 2004. v. 1. REIS, N. R. B.. *Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica*. In: XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado, 2006, Niterói/RJ. XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ - Usos do Passado - Resumos e Programação. Niterói/RJ: ANPUH/RJ, 2006. RICCI, Magda. *O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia*. In: BEZERRA NETO, José Maria; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Fazendo política, contando história: experiências sócio-literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos - 1865-1890*. Revista de Estudos Amazônicos, v. Vol. V, p. 41-68, 2011. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre Motins Políticos nos séculos XIX e XX*. Antíteses (Londrina), v. vol. 3, p. 589-619, 2010. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Motins Políticos e a Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB*. Almanack Braziliense, v. 12, p. 88-104, 2010.

Nesse sentido, as palavras que abrem essa parte do estudo, proferidas pelo historiador britânico Eric Hobsbawm, levantam questões instigantes para uma breve investigação sobre as interações entre o exercício de atividades político-institucionais e o trabalho do historiador. Elas, embora deixem transparecer a superficial ideia segundo a qual, desde tempos imemoriais, a produção histórica esteve unicamente a serviço dos grupos dominantes, legitimando Monarquias ou Estados – aspecto que condenava o trabalho do historiador a uma condição passiva e subserviente frente aos supostos “donos do poder” –, revelam, por outro lado, uma diversificada relação que ainda pode ser mais especificamente investigada e, por sua vez, possibilitar novas “luzes” para a compreensão das origens e desígnios dessa atividade intelectual. Nesse sentido, sem objetivar ampliar a análise da interação entre o exercício da política e produção histórica para além dos limites desse artigo, o presente tópico irá realizar uma sucinta explanação, direcionada a essas experiências em espaços da Europa e do Brasil, lugares que podem possibilitar interessantes exemplos sobre a aproximação entre as respectivas atividades e dos “jogos de poder” que envolveram os historiadores inseridos na política ao longo do tempo.

Na Antiguidade Clássica, quando o pensamento histórico surgiu na região da Ática, “no seio de uma reação democrática contra a velha aristocracia” (LE GOFF, 2003, p. 62) e buscando uma “atitude crítica com relação aos acontecimentos (...) que nos permitem distinguir entre fatos e fantasias” (MOMIGLIANO, 2004, p. 55), o trabalho do historiador esteve envolvido em uma ampla estrutura, que abrangia também o exercício de práticas político-governamentais, propiciando certa cumplicidade entre essas atividades, o que foi responsável por transformar Clio em uma espécie de “arma política” (LE GOFF, 2003, p. 62) na disputa pelo poder. Naquele contexto, um dos primeiros e mais destacados expoentes da escrita histórica grega era o ateniense Tucídides, ao relatar os episódios da Guerra do Peloponeso (431-404 a.C), “conflito do qual participou como estrategista” (CADIOU, 2007, p. 27), já se preocupava em escrever história como um “historiador político e militar de seu próprio tempo” (MOMIGLIANO, 2004, p. 17), concebendo a “vida em termos de vida política e a história em termos de história política” (Ibidem, p. 67). Nesse sentido, pode-se conjecturar que os escritos desse historiador também visavam ao atendimento dos anseios dos estadistas gregos, que, por meio dos ensinamentos, poderiam “tirar uma lição importante para o futuro: a história é o ensinamento político por excelência” (BESSERLAAR, 1979, p. 8).

Na Civilização Romana, as narrativas históricas, escritas por estudiosos como Salústio “Tribuno da plebe e protegido de César” (TÉTART, 2000, p. 25), Tito Lívio “preceptor de Cláudio” (Ibidem, p. 25) e Suetônio “secretário do Palácio sob Adriano” (Ibidem, p. 29), aproximaram ainda

mais os afazeres políticos da atividade de historiador. Em consequência dessas situações, as fronteiras entre produção histórica e trabalho político-institucional ficaram difíceis de serem traçadas no decorrer do contexto final da República em Roma, principalmente na fase Imperial, quando a análise dos acontecimentos do passado tornou-se um “exercício perigoso” (Ibidem, p. 31) por propiciar o risco de contrariar o poder ou interesses dos Césares. Naquela conjuntura, autores como o Senador e Cônsul romano Marcus Tullius Cícero buscaram apresentar a escrita histórica como um “monumentum (...) a história ensinava os homens, ela era *magistra vitae* (...) ela deveria ser escrita pelos próprios atores que a legitimariam através de suas experiências” (CADIOU, 2007, p. 30). Assim, os “senadores romanos que haviam sido educados com Tucídides e Políbio estavam (...) inclinados a acentuar a unilateralidade da abordagem política e militar” (MOMIGLIANO, 2004, p. 75), que geralmente visava a glorificar o passado e as conquistas romanas.

Entre os séculos V e VI, na alta Idade Média, a produção histórica e intelectual em geral ficou em grande parte sob hegemonia dos membros da Igreja Católica, que, a partir dos mosteiros e abadias, estabeleceram uma “história das instituições divinas, a história eclesiástica” (Ibidem, p. 199). Essas narrativas, geralmente “restritas aos acontecimentos da Igreja” (Ibidem, p. 199), apresentavam-se distintas do enfoque de questões político-militares. Mesmo assim, embora fossem realizadas por monges e não por senadores ou tribunos, como em Roma, eram atreladas a uma espécie de poder político, pois atendiam aos interesses institucionais dos bispos e abades, que compunham oficialmente a alta hierarquia católica. Vale ressaltar que, nos séculos subsequentes, muitos espaços monásticos passaram a gozar dos favores de nobres e príncipes, como, por exemplo, a Abadia de Saint-Denis, que “torna-se o principal centro historiográfico (...) no coração do domínio capetíngio (...). Saint-Denis torna-se o lugar da memória dinástica” (CAIRE-JABINET, 2003, p. 38), na França medieval.

Durante os séculos XIV e XV, contexto final da chamada baixa Idade Média, torna-se comum a “dependência dos historiógrafos em relação ao príncipe (...) que dará lugar a uma pensão fixa, e a missão de ‘historiador do rei’” (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p. 33). Nesse momento da vida europeia, no qual era comum os soberanos sustentarem as atividades dos estudiosos, muitos cronistas pertencentes à carreira política ou eclesiástica eram “prestigiados” com cargos e outros favores propiciados pelos monarcas, que esperavam deles “pelo menos dois tipos de serviços. Em primeiro lugar exaltar os altos feitos dos príncipes e da sua dinastia (...). Depois, contribuir para a coesão dos Estados (...) invocando antecedentes históricos” (Ibidem, p. 34).

Na modernidade, com a difusão do Renascimento e consolidação dos Estados Nacionais, a história manteve-se “estritamente dependente dos

interesses sociais e políticos dominantes” (LE GOFF, 2003, p. 71). Assim, nas cidades em expansão, o historiador se constituiu em “um membro da alta burguesia no poder (...) ou são altos funcionários do Estado” (Ibidem, p. 71), como, por exemplo, Jean Bodin, “advogado do Parlamento de Paris, e depois procurador do rei” (TÉTART, 2000, p. 59), além de Nicolau Maquiavel, integrante da “chancelaria florentina (...) embaixador da república florentina e depois servidor, sucessivamente, do papa Leão X e de Alexandre, duque da Toscana” (LE GOFF, 2003, p. 71). Além desses aspectos, na França do século XVII, surge oficialmente a figura do historiógrafo real, que tinha como objetivos “provar os direitos do rei e do reino, louvar as boas ações, dar exemplos à posteridade; tudo isso para a glória do rei e do reino” (Ibidem, p. 71).

A partir de fins do século XVII e no decorrer do século XVIII, a história, sob a influência do pensamento iluminista, ganha ares mais filosóficas e volta-se para novas perspectivas, encaminhando-se para críticas ao poder da Igreja e à Idade Média. Naquele contexto, muitos pensadores da época das luzes evidenciaram interesse pela história, na “expectativa de encontrar respostas às suas questões sobre a sociedade, em particular sobre as origens da nação (...) objeto de um debate político apaixonado” (CAIRE-JABINET, 2003, p. 79-80). Mesmo valorizando a razão em detrimento da sujeição à teologia, ainda era patente a “subordinação da história a política (...) quer se trate de defender o absolutismo real ou, pelo contrário, de apoiar as pretensões dos Parlamentares” (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p. 63).

No século XIX, apesar da expansão do ensino acadêmico de história em vários países europeus e do desenvolvimento de grandes linhas interpretativas e narrativas do pensamento ocidental, como o Romantismo, o Marxismo e o Positivismo, as proximidades entre os “papéis” políticos e intelectuais no âmbito da produção historiográfica continuaram subsistindo em várias situações, como, por exemplo, no meio historiográfico prussiano, onde existiu um “diálogo intenso entre pensamento histórico e ação política, haja vista a história subsidiar e ser subsidiada pelo debate político em torno da unificação alemã, dos conflitos territoriais e do nacionalismo emergente” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 23). Nesse sentido, vinculados direta ou indiretamente ao processo de unificação dos estados alemães, historiadores como: “Johann Gustav Droysen, Karl Wecker, Friedrich Dahlmann, Georg Waitz, Heinrich von Sybel, Maximilian Duncker, Karl Rotteck (...) pareciam ter o estudo do passado e a atuação política no presente como vocações” (Ibidem, p. 27), ajudando a estabelecer a “figura do intelectual ocupando espaço privilegiado no cenário político, na burocracia estatal e se projetando junto àquela sociedade aristocrática” (Ibidem, p. 27). Além disso, o próprio Leopold von Ranke chegou a exercer funções como “conselheiro do rei Frederico IV da Prússia e de Maximiliano I da Baviera” (Ibidem, p. 28).



No Brasil, foi durante os processos de ruptura política com Portugal e consolidação do Regime Imperial que a história nacional começou a ser pensada e produzida de forma sistemática. Naquele contexto, a aproximação entre atividades políticas e intelectuais fizeram parte de um cotidiano adotado por muitos representantes dos quadros dominantes do estado em formação. A própria Monarquia, objetivando consolidar “não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura” (SCHWARCZ, 1998, p. 126) que simbolizasse a nação, passou a dar suporte para o estabelecimento de uma história oficial, por meio de uma associação conhecida como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>5</sup>, núcleo difusor da “história pátria”, que, “estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais” (Ibidem, p. 126), serviu como um importante incentivo para que muitos integrantes do quadro político Imperial também atuassem como historiadores.

O interesse pelas atividades políticas e intelectuais, demonstrado por muitos representantes dos grupos dominantes no país, também foi “produto” de um momento específico do século XIX, no qual o Estado Nacional brasileiro consolidava sua condição de “objeto por excelência da produção histórica” (FALCON, 1997, p. 65), aspecto que “significou a hegemonia da história política. Daí porque (...) instituições, aparelhos, dirigentes; os ‘acontecimentos’ são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores” (Ibidem, p. 65). Nesse processo, a elaboração de um estudo histórico que pudesse receber algum elogio da incipiente crítica jornalística, ou pudesse ser prestigiado por representantes da alta cúpula Imperial, também representava a possibilidade de ascensão no pequeno círculo letrado nacional e a consequente aquisição de prestígio político, tão sonhado por bacharéis e fazendeiros ávidos pela ascensão no executivo ou legislativo da Monarquia.

A existência de vários políticos Imperiais que dividiam seus afazeres institucionais com o mundo intelectual, apenas transparece a importância dessa rotina, adotada entre muitos integrantes dos quadros institucionais brasileiros, que, envolvidos nessa dupla experiência, estabeleceram os parâ-

---

<sup>5</sup> Criado em 21 de outubro de 1838 na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi inspirado no modelo do Institut Historique de Paris, que havia surgido em 1834. Ele contava com o incentivo e apoio econômico imperial, durante décadas esta instituição se constituiu em forte representante dos interesses político-intelectuais daquele regime. Domingos Antônio Raiol tornou-se sócio-correspondente do instituto em 1866. Ver.: GUIMARÃES Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. Os Guardiães da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional in:

<sup>5</sup>Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01.

metros de uma história brasileira, pautada tanto no processo de construção do Estado-nação, como também na afirmação de tradições patrióticas. Na percepção desses estudiosos, tanto na Europa como no Brasil, a atividade do político-historiador ao acolher “tanto as vertentes aristocráticas quanto republicanas de cunho liberal” (MENDONÇA e FONTES, 2012, p. 55), deveria possibilitar “uma perfeita descrição dos fenômenos do Estado e de seus agentes” (Ibidem, 2012, p. 55), pois corresponderia a um olhar mais próximo e direto sobre os fenômenos do Estado, permitindo um melhor entendimento do “processo histórico, sendo esta a base de sua matriz interpretativa” (Ibidem, 2012, p. 55).

A partir dessa breve abordagem sobre a interação entre o exercício de funções político-institucionais e a escrita histórica ao longo dos séculos. Resta conhecer, através do próximo tópico, como essa “dupla atividade” foi desempenhada por Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), várias vezes deputado e presidente provincial durante o Regime Monárquico, que transpareceu em diversas obras publicadas ao longo do século XIX, a admiração pela intercalação das experiências governamentais, com suas reflexões sobre o conhecimento e pesquisa historiográfica.

### **Um Barão, o Partido Liberal e a escrita histórica**

Uma Monarquia “encravada bem dentro do continente americano” (SCHWARCZ, 1998, p. 126). Um governo que necessitava criar uma identidade nacional. Esses são pontos comuns de debate para os representantes da pequena elite ilustrada brasileira que se formou ao longo da segunda metade do século XIX. Foi nesse contexto, no qual muitos integrantes e admiradores do regime Imperial aventuravam-se no mundo das letras, objetivando “criar uma historiografia para esse país tão recente” (Ibidem, p. 127), que um jovem paraense, ainda iniciante no espaço da política, mais preocupado em “tornar mais conhecida do que é a história da província onde” (RAIOL, 1970, p. 412) surgiu, resolveu inserir-se nos mundos político e intelectual de sua época.

Nascido na cidade de Vigia em 1830, Domingos Antônio Raiol conviveu desde sua infância com eventos que interpuseram política e história na região, tendo seu pai, o vereador Pedro Antonio Raiol, assassinado pelos rebeldes em 1835, durante o processo de lutas da Cabanagem<sup>6</sup> no Grão-Pa-

---

<sup>6</sup> A Cabanagem (1835-1840) se constituiu em um movimento político e social, deflagrado na Província do Grão-Pará, com forte participação de caboclos, negros e índios, que ameaçou a manutenção do poder imposto pelo governo regencial sobre a região. Para maiores informações ver estudos clássicos como: HURLEY, Henrique Jorge. A Cabanagem. Belém: Livraria Clássica, 1936; CRUZ, Ernesto. Nos Bastidores da Cabanagem. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942; ROCQUE, Carlos. Cabanagem: epopéia de um povo. Belém: Imprensa Oficial, 1984; CHIAVENATO, José Júlio. Cabanagem: o povo no poder. São Paulo: Brasi-

rá. Esse trágico acontecimento, associado a outras experiências, como sua posterior formação na “Academia de Ciências sociais e jurídicas de Olinda (...) onde tomou grau de Bacharel” (SILVA, 1859, p. 136), seu apreço a ordem monárquica e as ligações com o primo e político imperial Bernardo de Sousa Franco, foram relevantes, nos anos subsequentes, para o exercício e interação de suas atividades institucionais e intelectuais.

Deste modo, não é muito difícil verificar, já ao longo das primeiras experiências intelectuais de Domingos Antonio Raiol, a admiração por esses dois campos tão presentes entre os representantes do poder no século XIX, considerados por ele em seu conjunto como afazeres que representavam “um tributo que voluntariamente me impus” (RAIOL, 1970, p. 412), em prol da construção do “edifício social de minha pátria” (Ibidem, p. 412). Assim, mesmo antes de principiar sua carreira política, ainda na década de 1850, esse bacharel em Direito já demonstrava identificação por temas que aproximavam a perspectiva política da histórica. Ao publicar, em 1858, um livro denominado O Brasil Político, estudo “de 76 pag. Impresso no Pará” (SILVA, 1867, p. 136) em 1858, oferecido em homenagem ao Conselheiro Bernardo de Sousa Franco, Raiol expressa sobre as ideias representativas dos partidos Liberal e Conservador, principal foco de discussão do livro, que as de um são guiadas “pelo espírito do progresso e amor ao futuro” (RAIOL, 1970b, p. 158), enquanto que as do outro “pelo espírito de estabilidade e amor ao passado” (Ibidem, p. 158).

Esse embate entre liberais e conservadores que abrange boa parte das reflexões do futuro Barão em sua análise das “agregações políticas do Império, antes da formação do Partido Progressista” (RAIOL, 1970b, p. 2), pode também ser tomado como exemplificativo das próprias experiências políticas e intelectuais do autor, que constantemente aproxima presente e passado em suas discussões. Além destas características, esse livro também pode ser entendido como uma espécie de “batismo” político-intelectual, que marcava a inserção desse bacharel nesses dois campos que “interagem” durante o Império. Nele, Raiol apresenta uma espécie de defesa dos ideais

---

liense, 1984; DI PAOLO, Pasquale. Cabanagem: a revolução popular da Amazônia. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990. Já existem, contudo, importantes balanços analíticos destes estudos cabanos. Com focos diferentes, o balanço mais recente foi feito por Mark Harris. Nele considera-se, de forma muito apropriada, os estudos produzidos por brasilianistas, além de se fornecer dados precisos para um rol muito significativo de autores e obras editadas no Brasil sobre o tema. Já balanços como o elaborado por Pinheiro também têm mérito especial, por recuperar autores do Estado do Amazonas, autores estes muitas vezes desconhecidos de um público mais amplo. Também publiquei um balanço das obras sobre os cabanos. Há de se notar ainda o levantamento bibliográfico elaborado por Vicente Salles. Intitulado Memória bibliográfica do Grão-Pará - Cabanagem o levantamento de Salles arrola, em suas quarenta páginas, 202 obras entre livros, capítulos de livros, artigos em revistas e jornais. Salles ainda comenta várias destas obras e oferece, sem dúvida, o mais completo arrolamento bibliográfico sobre o assunto. Consultar HARRIS, 2010: 10-30; PINHEIRO, 2001 e RICCI, 2001: 241-274 SALLES, 2005.

imperiais que professava, pois, segundo ele, “os brasileiros sensatos amam de coração a monarquia” (Ibidem, p. 171), regime considerado por este autor o mais adequado para o progresso e desenvolvimento do Brasil. Ao vislumbrar as atividades no legislativo e executivo a partir de perspectivas sentimentais e patrióticas, o Barão alertava que as “lantejoilas do poder” fascinavam em demasia os “homens” no Brasil. Esta sede de poder político acabava por sacrificar “amigos, crenças, opiniões e até a própria dignidade” (RAIOL, 1970, p. 413).

Defensor do exercício de atividades políticas a partir de ideais patrióticos monarquistas, Domingos Antônio Raiol objetivou através dessa obra, verificar se “há entre nossos homens políticos um princípio que possa extremar suas opiniões, uma idéia, que (...) possa servir-lhes de bandeira que qualquer dos dois partidos que professam” (RAIOL, 1970b, p. 158). Nesse sentido, ao citar alguns “grandes líderes” do porte de Napoleão; D. João VI; D. Pedro II e Luís XIV, e destacar alguns acontecimentos históricos nas páginas do livro *O Brasil Político*, Raiol tenta exemplificar que os bons ou mal “hábitos e os costumes de um povo valem tudo na constituição do seu governo” (Ibidem, p. 171). Por meio dessa perspectiva, é possível verificar que já em seu primeiro livro, Raiol adota uma perspectiva de história que o acompanharia durante grande parte de sua vida intelectual, caracterizada pela constante inserção do topos *Magistra Vitae*,<sup>7</sup> no qual, os usos e o conhecimento sobre passado deveriam servir como exemplos e lições políticas e sociais para as gerações futuras.

No início da década seguinte, Raiol inaugurou sua carreira institucional, sendo eleito para a Câmara dos deputados na “12<sup>a</sup> Legislatura, 1863-1866” (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 59), exercendo função semelhante na “Assembléia Provincial do Pará em 1864 e representando no mesmo ano seu estado na Assembléia Geral” (RAIOL, 1970b, p. 9). Desde esse contexto, esse parlamentar paraense se notabilizou pela defesa do Partido Liberal, do qual era adepto. Foi por essa agremiação que o futuro Barão

---

<sup>7</sup> Desde a antiguidade clássica, a história começou a ser pensada como repertório de exemplos e precedentes educativos, adequados para exaltar a virtude e a devoção. Cícero, autor e político romano do século I a.C., acreditava que o conhecimento da história possuía a função de educar os homens nas atividades político-intelectuais e indicar padrões que deveriam ser copiados ou não na sociedade. Mesmo com o desaparecimento do mundo pagão greco-romano, o topos da história *magistra vitae* continuou subsistindo sob diferentes perspectivas no mundo medieval e moderno, só se enfraquecendo na Europa, a partir dos séculos XVIII e XIX, com a difusão do pensamento iluminista e dos processos revolucionários. Para um conhecimento mais profundo sobre o tema ver: HARTOG, François. *A Arte da Narrativa Histórica*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, Editoras UFRJ/FGV, 1998. KOSELLECK, Reinhart. *História magistra vitae*. Sobre a dissolução do topos. In: *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Os Ensinamentos de um Barão Amazônico: Motins Políticos sob o Topos da História *Magistra Vitae*. *Revista de Teoria da História*, v. 2, p. 1-21, 2010.

de Guajará fez sua vida pública, possuindo identificação com as propostas desse partido e principalmente com o regime monárquico, a ponto de, em 1889, insatisfeito com o início da República, retirar-se da “vida política (...) por se ter conservado fiel às suas crenças monárquicas” (Ibidem, p. 10). Para esse autor, a pátria brasileira deveria ser analisada pelos olhares atentos dos princípios políticos, pois uma das responsabilidades do homem público e do cidadão em geral consistia na abnegação em favor do Império, ocasionando frutos econômicos, sociais e intelectuais.

Como monarquista e integrante do Partido Liberal, Raiol era favorável a medidas reformistas e moderadas a serem difundidas no Brasil. Essas ações, no geral, se resumiam em seu programa a uma “maior autonomia provincial (...) justiça eletiva (...) separação da polícia e da justiça (...) redução das atribuições do poder moderador” (CARVALHO, 2007, p. 206), não realizando qualquer questionamento mais substancial às desigualdades sociais e à escravidão. Além desses pontos, o pensamento político do deputado Domingos Antônio Raiol não pode ser dissociado do processo gradativo de “propagação do ideário liberal (...) no Parlamento brasileiro a partir da década de 50 do século XIX” (PALM, 2009, p. 61), que procurava “romper” com o suposto “protecionismo” político-econômico defendido pela bancada conservadora e implementar reformas de caráter “descentralizador” (FAORO, 1997, p. 346). Naquele período, a defesa de medidas como a “Abertura do rio Amazonas a navegação internacional”<sup>8</sup> se constituía em uma das principais “bandeiras” de várias lideranças liberais.

Portanto, desde o início de sua carreira política como deputado no Rio de Janeiro durante a década de 1860, Raiol apoiou essas propostas, tornando-se “de palavra e por escripto, um dos mais decididos campeões da grande idéa da abertura do Amazonas á livre navegação e commercio de todo o mundo” (SILVA, 1867, p. 136), o que, segundo ele, iria “facilitar as vias de communicação, desenvolver o commercio, estimular a industria, diminuir as distancias com auxilio do vapor e augmentar as fontes de riqueza publica” (Sessão de 18 de julho de 1866. In: ANNAES do Parlamento Brasileiro, 1866, p. 182). Esse projeto, apoiado por parte considerável da bancada liberal no Parlamento do Império, foi mais um tema político transformado em livro pelo Barão de Guajará. Nesse sentido, a publicação da obra *Abertura do Amazonas (1867)*, estudo possuidor de um “extrato dos

---

<sup>8</sup> Consolidado por meio de um decreto de 7 de dezembro de 1866, apoiado em grande parte pelos deputados pertencentes ao Partido Liberal, o projeto de Abertura do rio Amazonas a livre navegação internacional contribuiu entre outros aspectos para a expansão econômica da região, com a introdução sistemática de navios a vapor de diversos países. Ver: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

debates no Parlamento brasileiro acêrca do projeto de lei sôbre a abertura do rio Amazonas à navegação e ao comércio com o mundo” (RAIOL, 1970b, p. 2), pode ser observada a partir de uma nítida interação entre experiências institucionais e escrita histórica.

Nesse estudo, além de aprofundar as discussões sobre a possibilidade de progresso na região Norte do Império com a exposição de medidas que facilitariam esse desenvolvimento, principalmente na execução de ações que visavam a “atrair a imigração (...) para desenvolver as regiões amazônicas” (Ibidem, p. 21), Raiol ilustra sua narrativa com diversos exemplos e argumentos baseados em experiências históricas, recorrendo às ações tomadas no passado pelo governo dos Estados Unidos; por países da Europa e até a história na qual “Alexandre, rei da Macedônia, depois de suas inúmeras conquistas, lembrou-se de atrair os povos” (Ibidem, p. 21). Todas essas experiências de outras sociedades em tempos distantes serviam ao Barão como forma de justificar a importância da abertura do Amazonas a navegação internacional.

Por meio desses argumentos de Domingos Antônio Raiol, percebe-se também nessa obra, que a interação entre os mundos intelectual e político passavam novamente pela perspectiva de história *Magistra Vitae*, na qual era fundamental preservar e utilizar dos exemplos e pensamentos provenientes de outros tempos e sociedades para o “bem comum” da pátria. Assim, ao mesmo tempo em que a Abertura do Amazonas se constituía em foco de debates no Segundo Reinado, sua justificativa era amplamente amparada pelo Barão nas experiências históricas do passado, que também serviam como forma de transmitir para as gerações futuras, os atos e propostas da vida pública do autor.

Os anos de 1860, contudo, não foram só de alianças. Embora os ideais políticos possam ter se aproximado, liberais e conservadores muitas vezes se digladiavam no parlamento e nos ministérios Imperiais. A instabilidade política da época, favorecida por acontecimentos como a Guerra do Paraguai (1864-1870), gerava mudanças aceleradas no quadro político do Império. Foi nesse momento do Segundo Reinado, em que rapidamente se sucediam Gabinetes e as rivalidades entre liberais e conservadores se acirravam, que ocorreu a elaboração dos primeiros tomos de *Motins Políticos*, estudo que tinha por finalidade reconstituir a história dos diversos “motins” deflagrados na Amazônia entre as décadas de 1820 e 1830.

A realização dessa obra, que iria de fato caracterizar a “estréia auspiciosa de Domingos Antônio Raiol, no campo vasto das letras históricas” (CRUZ, 1967, p. 134), se constituiu em tarefa árdua, demandando aproximadamente 25 anos (1865-1890) na pesquisa e publicação de cinco tomos, trabalho que, segundo o intelectual e também político Domingos de Soares Ferreira Penna, só foi interrompido “senão para satisfazer aos deve-

res de cidadão, aceitando e exercendo comissões políticas e administrativas” (PENNA, 1971, p. 217). Nesse estudo, Raiol discorreu sobre o período que considerava o “mais importante da história política da província do Pará, quando nela se tornaram mais freqüentes as convulsões populares” (RAIOL, 1970, p. 7). Através da investigação desses acontecimentos, ele objetivava “compreender – a partir dos jogos da política e dos políticos imperiais – os erros e acertos que teriam levado a Amazônia, em especial o Pará a querer separar-se do Brasil e depois se associar a ele novamente” (RICCI, 2002, p. 30).

Essa obra, além dos eventos políticos e sociais relatados, representou também os percalços e experiências político-pessoais de seu autor em seu longo processo de escrita e publicação dos vários volumes, iniciando-se na década de 1860, quando o regime Imperial envolvia-se com a Guerra do Paraguai, e cujo término coincidiu com o início da República. Ao longo das páginas de *Motins Políticos*, Domingos Antônio Raiol externou sua admiração em relação ao pensamento liberal. Em um desses momentos, ao analisar as lutas político-sociais no Grão-Pará da primeira metade do século XIX, o Barão de Guajará deixava transparecer esse sentimento, mas também suas preocupações direcionadas ao envolvimento entre produção histórica e atividade política. Um exemplo dessas situações pode ser percebido em sua referência às concepções de Bernardo José da Gama, o Visconde de Goiana, presidente do Grão-Pará no início da década de 1830:

Natural da província de Pernambuco, êle professara sempre os dogmas da escola liberal. A nacionalidade brasileira era a idéia que mais lisonjeava o seu espírito; defendeu-a até com fanatismo, inscrevendo seu nome entre os varões ilustres que mais se empenharam por fazê-la vingar. (...) De trato ameno, fazia-se respeitável pela nobreza de seu caráter e pela franqueza com que manifestava suas opiniões, transpirando sempre de suas palavras o mais ardente amor pelos princípios liberais. (RAIOL, 1970, p. 209)

O perfil do Visconde de Goiana, elaborado por Domingos Antônio Raiol, representa um indício revelador da admiração desse Bacharel no tocante ao pensamento liberal professado no Brasil. Para o autor de *Motins Políticos*, era a presença dessas ideias que realçavam a liderança exercida por esse presidente provincial nas atribuições vivenciadas no Grão-Pará durante o final do primeiro reinado e início da Regência. Dessa forma, para o deputado Raiol, as tarefas políticas e a escrita histórica não estavam dissociadas, pois supostamente representavam em seu conjunto formas de contribuir para o “engrandecimento” do Império.

Por outro lado, no decorrer da narrativa de *Motins Políticos*, o Barão expressou diretamente em vários momentos as relações entre a elaboração dessa obra e suas atividades políticas. Em sua percepção, a escrita desse livro

correspondia a um relevante serviço em favor da nação, que “presta-os o sincero patriota tanto nas altas cumeadas do poder como nos últimos degraus da escala social” (Ibidem, p. 412). Por meio desses argumentos, fica perceptível que, antes de outras questões, Domingos Antônio Raiol considerava sua produção intelectual muito mais que a simples ambição intelectual, representando uma atividade necessária para aqueles envolvidos no executivo ou legislativo Imperial.

Apesar de acreditar que a escrita histórica funcionava como uma espécie de “dever patriótico” a serviço da Monarquia, o Barão do Guajará também reconhecia que a vida dividida entre as atividades políticas e afazeres intelectuais poderia levantar suspeita quanto à parcialidade de sua produção textual. Sobre essa questão, o autor expôs, no 3º Tomo de *Motins Políticos*, uma espécie de justificação frente a essas supostas desconfiças que existiam sobre a atuação de políticos no campo da produção histórica, ao expressar que só o “homem político é que dá justo aprêço aos fatos que ocorrem na vida dos povos; só êle é que os pode examinar com interesse, e os julga em suas causas e efeitos” (Ibidem, p. 412).

Essas afirmações do historiador e político Domingos Antônio Raiol são esclarecedoras em vários aspectos. Primeiramente, expressam de forma elucidativa a opinião do autor segundo a qual a condição de historiador deveria estar associada ao papel político, pois, para ele, era essa uma situação necessária, que garantiria um maior interesse e envolvimento para a realização de pesquisas, além do acesso facilitado à pesquisa documental. Quanto à “imparcialidade” no trato das questões do passado, o Barão de Guajará defende que somente os políticos honestos, talvez por tratarem corretamente dos “interesses” públicos, seriam capazes de analisar o passado dos povos, empregando critérios chamados por ele de “justos”.

A necessidade de ser “imparcial” na escrita da história se constituía em uma característica comum no século XIX, almejada por vários intelectuais dentro e fora do Brasil, que, naquele contexto, acreditavam ser responsabilidade do historiador “distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível” (FALCON, 1997, p. 66). Essa história metódica ou positivista, desenvolvida por estudiosos europeus como Leopold von Ranke, Ernest Lavisse, Fustel de Coulanges, Charles Seignobos, entre outros, que enfatizava como “indispensável o recurso ao documento” (LE GOFF, 2003, p. 529), objetivava, entre outros aspectos, “descrever os acontecimentos desse passado tal como eles realmente se passaram” (FALCON, 1997, p. 66), separando qualquer aproximação entre história e arte.

Apesar de influenciado por alguns desses pensamentos, o Barão de Guajará “deve ser mais compreendido no domínio de fronteiras do que



como discípulo direto de qualquer um destes teóricos” (LIMA e RICCI, 2011, p. 61). Por vezes, sua atitude frente à história correspondia muito mais a um discurso político-partidário, que tinha conexões com o “processo permanente de formação de identidades nacionais e de montagem de um aparelho de estado” (GOMES, 1996, p. 157), e era caracterizado por exaltar as supostas prerrogativas positivas da divisão da vida profissional entre o exercício político e o intelectual:

É dever de todo o cidadão concorrer para a prosperidade de seu país com sacrifício mesmo de seus cômodos, e sob êste ponto de vista ninguém se deve escusar de intervir nos negócios públicos, tornando-se indiferente aos manejos da política. E neste terreno elevado, a intervenção torna-se obrigatória para todos: cada um deve entrar para o bem comum do corpo social com a parcela de esforços que lhe couber conforme as condições de seu estado. (RAIOL, 1970, p. 413)

Domingos Antônio Raiol não considerava a história apenas como um dever do político, mas, principalmente, como uma “ação política” a favor do bem comum e do desenvolvimento da pátria. Por meio dessa perspectiva, a participação na política Imperial não se constituía apenas em um ponto de aproximação com a pesquisa história, mas uma exigência básica daqueles que, no Brasil, desejavam dedicar-se a essa área de conhecimento.

Por outro lado, embora o Barão do Guajará considerasse a atividade política uma função fundamental e respeitável para a realização da produção histórica, criticava aqueles que estavam envolvidos no cenário político-institucional e ambicionavam apenas o poder, ao acreditarem “que só os cargos públicos podem nobilitar o cidadão brasileiro!” (Ibidem, p. 413) – aspecto responsável por tirar o foco da importância de diversos outros afazeres, entre eles os intelectuais. Além desse aspecto, o fragmento da fala de Domingos Antônio Raiol, inserido na obra *Motins Políticos*, expressa o descontentamento deste autor com a mínima dedicação e pouca valorização que, segundo ele, muitos integrantes do meio institucional nacional tinham na época com a escrita histórica ou a produção intelectual em geral.

Dessa forma, ao assumir e valorizar a atividade dupla de “político-historiador”, o Barão do Guajará censurava implicitamente muitos de seus companheiros da vida pública, que não faziam o mesmo, ou, pelo menos, em razão de não se dedicarem a outras funções, que também poderiam “contribuir” para a nação. Para o Barão, atividades institucionais e intelectuais não deveriam ser dissociadas, pois se autocompletavam, estabelecendo um caminho adequado para aqueles que desejavam, de forma comprometida e competente, adentrar na vida pública. Suas restrições em relação à interação entre prática política e intelectual eram direcionadas somente para aqueles que não possuíam “boas intenções” em relação aos afazeres políticos:

A sã política, pois, a política generosa de princípios não sacrifica o justo critério da história. A política pessoal, sim, essa esteriliza e desvirtua tudo: dominando os espíritos, faz mirrar as maiores aptidões sob o influxo pernicioso de sua fatal influência. E infelizmente é o que sucede entre nós com sacrifício do engrandecimento nacional. (Ibidem, p. 412)

Na perspectiva de Raiol, o “bom político” se constituiria, caso desejasse, em um “bom historiador”, pois não seria portador de muitos dos vícios e ambições supostamente responsáveis por deturpar a análise sobre os acontecimentos do passado. Por meio dessa lógica maniqueísta, pode-se deduzir que, no pensamento do Barão, a “má política”, caracterizada pela ambição e interesses pessoais no âmbito das atividades públicas, era apontada como determinante para o mau funcionamento, distorção ou mesmo inépcia da escrita histórica no país. Assim, fica perceptível nos argumentos do Barão de Guajará o anseio constante de correlacionar narrativa histórica e “engrandecimento nacional”, que, nesse caso, corresponde ao domínio do Regime Imperial. Nesse sentido, em harmonia com propostas que exaltam o desenvolvimento ou criticam o atraso do país, seus escritos voltar-se-ão repetidamente para essa conexão, encontrando frequentemente exemplos, no passado, de lições a serem seguidas ou evitadas, bem ao estilo da história *Magistra Vitae* já citado anteriormente.

Ademais, o “papel” de historiador, exercido por Raiol contemporaneamente aos afazeres políticos, parecia ser algo bastante desgastante, pois, segundo ele, as pesquisas são “trabalhos pesados que seguramente demandam muita paciência, muito esforço (...) respingando aqui e ali, (...) os grãos esparsos de trigo com que se tem de formar o pão espiritual da história” (Ibidem, p. 414). Diante de tantas dificuldades, por que um bacharel que estava construindo uma sólida carreira política aventurava-se numa atividade tão difícil e aparentemente pouco recompensadora como a produção histórica? Parte da resposta para esta indagação foi propiciada pelo próprio Barão, que condicionou quatro motivos para a produção de *Motins Políticos*: “serviço à pátria” (Ibidem, p. 412), amor ao “torrão natal” (Ibidem, p. 412), tornar “mais conhecida (...) a história da província onde nasci” (Ibidem, p. 412) e o argumento de que “todas as províncias do império já têm sua história (...) o Pará, entretanto nada têm” (Ibidem, p. 414).

Havia, porém, um motivo subjetivo para a elaboração desse estudo, centrado na perspectiva de aliar a atividade intelectual de historiador com a política. Assim, mais que uma simples reconstituição de eventos da história do Grão-Pará, a publicação de obras como *Motins Políticos* simbolizava a abertura de novas “portas” para seu autor, pois sua elaboração propiciava a Raiol ainda mais prestígio e atenção entre os seus pares, credenciando-lhe muito respeito e constituindo-se num suporte que o tornou ainda mais conhecido regionalmente, e em outras províncias.

A escrita de *Motins Políticos* e de outros estudos favoreceu ao seu autor um ganho significativo de capital simbólico, que tem como característica “surgir em uma relação social entre (...) um agente e outros agentes dotados de categorias de percepção adequados (...) em seus modos de pensar, de tal modo que conheçam e reconheçam o que lhes é proposto, e creiam nisso” (BOURDIEU, 1996, p. 172-173). Por isso, Raiol angariou ainda mais admiração política e social com a publicação desse livro. Dessa forma, ao mesmo tempo em que esse autor aliava o prestígio de político ao de historiador e de bacharel – que também “durante o Segundo Reinado (...) transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico fundamental” (SCHWARCZ, 1998, p. 119) –, complementando o êxito no mundo das letras e o mundo parlamentar, os laços que aproximavam esse “político-historiador” do poder imperial no século XIX também foram responsáveis pelas suas opções de estudo do passado.

Partindo deste pressuposto, é possível conjecturar que a produção histórica no contexto do Regime Imperial funcionava como uma das “crendenciais” necessárias ao percurso político de muitos integrantes dos grupos dominantes – que, ao lado das influências familiares e econômicas, aspiravam, com auxílio de seus escritos, à aquisição do prestígio necessário à inserção no meio institucional da Monarquia. Assim, a inclusão no mundo intelectual representava, implicitamente, um caminho para o alcance de cargos, autoridade política e poder no Império.

Em 1898, quase uma década após a edição do último tomo de *Motins Políticos*, o barão publicou outro livro que demonstrava a proximidade entre história e política em seus escritos. Intitulado *Visões do Crepúsculo*, esse texto além de ser considerado um dos mais diferenciados de Domingos Antônio Raiol. Portador de variados “artigos sobre a guerra, paz armada, igualdade dos homens como lei natural, fenômenos radiantes da atmosfera” (RAIOL, 1970b, p. 3), também se caracteriza por transparecer toda a desilusão do velho Barão com os caminhos que a política brasileira estava tomando em fins do século XIX. Estudo possuidor de um tom melancólico, o livro *Visões do Crepúsculo* parece transparecer o pessimismo e descrença de seu autor tanto com os primeiros e convulsivos anos da República no Brasil, quanto em relação ao restante da humanidade, em avanço direto para a Primeira Guerra. Por isso, na página inicial desse livro, Raiol expressava aos leitores que a realização de seus escritos não possuía nenhuma ambição de “competência literária” (Ibidem, p. 381), mas se tratava dos ensinamentos de “um sexagenário, prestes a fazer as suas últimas despedidas do mundo, sem mais apegos às ilusões da vida” (Ibidem, p. 381).

Essa atitude pessimista frente à própria velhice era fortalecida nas considerações sobre vários acontecimentos históricos desencadeados no final do século XIX, como, por exemplo, no tocante ao agravamento dos

conflitos armados entre as potências da época, para os quais Raiol utilizava argumentos “apocalípticos”, afirmando que o “aniquilamento é a lei geral da criação, e nada pode eximir-se deste imperioso decreto da Providência” (Ibidem, p, 385). É conjecturável que parte desse negativismo presente em *Visões do Crepúsculo* também fosse fruto da não aceitação de Raiol ao fim do Império no Brasil, pois, em diversas passagens desse livro, o Barão deixava entrever argumentos que indiretamente pareciam atacar o novo regime, expressando, por exemplo, que “ambiciosos vulgares, entre os quais repartiam os empregos e dinheiros públicos, invocando sempre o patriotismo, para não perderem o vezo dos aventureiros políticos!” (Ibidem, p, 387).

A presença de desapontamentos como esse, ao longo das páginas de *Visões do Crepúsculo*, corresponde a uma interessante constatação de como a trajetória intelectual esteve associada à vida pública do Barão de Guajará. Esse autor, que desde o início da República, encontrava-se afastado das atividades políticas, utilizou-se dos capítulos de um livro para, implicitamente, revelar suas mágoas e insatisfações com o novo regime. Nesse sentido, embora o velho Barão tivesse consciência de que o Império havia chegado ao seu ocaso e todos os seus títulos na vida pública pouco representavam nos novos tempos, ainda valia-se de seus escritos, como forma de exprimir suas consternações e desgostos, demonstrando que o fim de suas experiências institucionais, não representava a conclusão da interação entre história e política em seu subconsciente.

Enfim, acreditando que não é possível “separar a acção do pensamento, a vida do historiador da vida do homem” (FEBVRE, 1989, p. 56), pois entre a “acção e o pensamento, não há separação. Não há barreira” (Ibidem, p. 56). Raiol, político congratulado no final do regime monárquico com o título de Barão de Guajará, inseriu, mesmo depois do término de sua trajetória institucional, nas páginas de sua produção intelectual, muitas características de suas experiências na vida pública. Seus escritos, muito mais celebrados e conhecidos pelas fontes que levantaram para a história da Cabanagem, possuem ao mesmo tempo, inúmeros aspectos de suas vivências institucionais, seja como testemunha da crise do Império e dos tumultuados anos da primeira República, seja dos ideais políticos que professava.

## Referências

BESSERLAAR, José Van den. **Introdução aos estudos históricos**. 5ª Ed. São Paulo: EPU, 1979.

BOURDÉ, Guy e MARTIN Hervé. **As Escolas históricas**. Lisboa, Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

CADIOU, François ... [et al.]. **Como se faz a história**: historiografia, método e pesquisa. Trad. Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à Historiografia**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. O Radicalismo político no Segundo Reinado. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12ª Ed. São Paulo: Globo, 1997.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Vol. I, 3ª edição. Trad. Leonor Martinho Simões. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Ensaios. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª Ed. Trad. Bernardo Leitão. [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virgínia. História e Teoria Política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes clássicas da historiografia moderna**. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PALM, Paulo Roberto. **A abertura do rio Amazonas** a navegação internacional e o parlamento brasileiro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna**. Vol. II, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2ª Ed., Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

\_\_\_\_\_. **Obras de Domingos Antônio Raiol** – Barão de Guajará. Belém, GRAFISA. 1970b.

\_\_\_\_\_. **O Brasil político**. Belém: Tip. do Diário do Comércio. 1858.

\_\_\_\_\_. **Abertura do Amazonas**. Tip. do Jornal do Amazonas, Belém. 1867.

\_\_\_\_\_. **Visões do Crepúsculo – A Revista – Magazine ilustrado**. Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

SCHWARTCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **As barbas do imperador: D. Pedro II**, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez**. Tomo III, Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

\_\_\_\_\_. **Diccionario bibliographico portuguez**. Tomo IX. Lisboa – Imprensa Nacional 1867.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

## Documentos

**Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e província do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemert. 1865.

**ANNAES do Parlamento Brasileiro**. Camara dos Deputados. Tomo I, Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C. 1866.

**ANNAES do Parlamento Brasileiro**, Camara dos Srs. Deputados, quarto ano da duodecima legislatura, Sessão de 1866, tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1866.

## Revistas

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. **Revista de Teoria da História** Ano 1, Número 3, p. 20-58, junho/ 2010.

CRUZ, Ernesto Horácio da. Domingos Antônio Raiol (Barão do Guajará) patrono da cadeira nº 13. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Vol. XIV. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1966/1967.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa; RICCI, Magda Maria de Oliveira. Fazendo política, contando história: experiências sócio-literárias de um barão amazônico e seus Motins Políticos - 1865-1890. **Revista de Estudos Amazônicos**, v. Vol. V, p. 41-68, 2011.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Usos e leituras da obra de um Barão: percepções sobre Motins Políticos nos séculos XIX e XX. **Antíteses** (Londrina), v. vol. 3, p. 589-619, 2010.

\_\_\_\_\_. Motins Políticos e a Historiografia Imperial: a inserção de um intelectual amazônico nos quadros do IHGB. **Almanack Braziliense**, v. 12, p. 88-104, 2010.

\_\_\_\_\_. Os Ensinamentos de um Barão Amazônico: Motins Políticos sob o Topos da História Magistra Vitae. **Revista de Teoria da História** Ano 2, Número 4, dezembro/ 2010.

REIS, Nathacha Regazzini Bianch.. **Motins Políticos**, de Domingos Antonio Raiol. Memória, historiografia e identidade regional. Niterói: Dissertação de mestrado. UFF, 2003.

\_\_\_\_\_. Historiografia paraense no século XIX: a contribuição de Domingos Antonio Raiol. In: **XI Encontro Regional de História - Democracia e Conflito** - ANPUH/RJ, 2004, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro, v. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. Historiografia em transição: a contribuição do Barão de Guajará à história regional amazônica. In: **XII Encontro Regional de História** - ANPUH/RJ - Usos do Passado - Resumos e Programação. Niterói/RJ: ANPUH/RJ, 2006.

RICCI, Magda. O Império Lê a Colônia: Um Barão e a história da civilização na Amazônia. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). **Terra Matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

*Recebido em 10/05/2013, aceito em 05/09/2013*